

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Gastos sob controle

O cumprimento das metas de superávit primário (receita menos despesa, excluindo pagamento de juros) tem sido fundamental para que o país mantenha sob controle a relação dívida/PIB. Atualmente, a meta é de 4,25% do PIB. Por ser elevado, esse número é alvo de críticas de alguns representantes do governo, que consideram essa economia um obstáculo aos investimentos públicos, essenciais ao crescimento sustentável do país.

Para o mercado, qualquer mudança no superávit seria uma sinalização negativa pois demonstraria que o governo não tem controle sobre seus gastos. A redução da economia para pagamento de juros só poderá ser feita quando ocorrerem reformas — tributária, previdenciária e trabalhista — que melhorem a

composição do superávit primário. Hoje, esse ajuste é feito apenas com o aumento da arrecadação de impostos. Infelizmente, o governo não tem dado sinais de que pretende fazer reformas. No caso da previdência social, a equipe econômica acredita que apenas a adoção de medidas de gestão poderá resolver o problema do elevado rombo nos cofres previdenciários.

A última mudança no percentual do superávit primário aconteceu em 2003. Na corrida presidencial de 2002, dúvidas sobre a continuidade da política econômica fizeram os juros dispararem e a dívida pública passou a representar mais de 60% de todas as riquezas do país. Assim que tomou posse, a equipe econômica elevou o superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB. (ES)